



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



291) Quanto às penas proibidas, a nossa Constituição proíbe

- a) pena de morte, em qualquer hipótese.
- b) a pena de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.
- c) cruéis, salvo em caso de crimes hediondos.
- d) de trabalhos forçados.

RESPOSTA: “d”

Comentários: tal resposta está amparada no inciso XLVII, c, do artigo 5º, CF.

292) No tocante aos direitos dos presos, aponte a alternativa incorreta.

- a) a pena será cumprida em estabelecimentos comuns, não se levando em conta a natureza do delito, a idade e o sexo, pois todos são iguais perante a lei, não se admitindo qualquer diferença de tratamento.
- b) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- c) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- d) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

RESPOSTA: “a”

Comentários: a alternativa incorreta está em desacordo com o inciso XLVIII, disposta no alternativa D.

293) Em relação aos processos, sejam o penal, civil ou administrativo, aponte a alternativa incorreta, de acordo com o texto da Constituição, no artigo 5º.

- a) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- b) ninguém será privado da vida, da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- c) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

RESPOSTA: “b”

Comentários: A alternativa errada fala que ninguém será privado da vida sem o devido processo legal, mas, não temos a pena de morte fora dos casos de guerra, portanto tal assertiva está em desacordo com o inciso LIV, disposto na alternativa D.

294) De acordo com a Constituição, aponte a alternativa incorreta.

- a) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo para beneficiar o réu.
- b) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- c) o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- d) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

RESPOSTA: “a”

Comentários: a resposta incorreta está em desacordo com o texto constitucional, inciso LVI.

295) Quanto à prisão, segundo o que está disposto na Constituição, aponte a alternativa correta.

- a) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- d) a prisão ilegal será relaxada no prazo de cinco dias pela autoridade judiciária.

RESPOSTA: “c”

Comentários: A letra A é errada, pois fala da ordem escrita da autoridade policial, todavia, na Constituição somente é afirmado a ordem de autoridade judiciária. A letra B é errada pois a constituição fala imediatamente e não vinte e quatro horas. A letra D fala que a autoridade judiciária imediatamente relaxará a prisão ilegal e não no prazo de cinco dias.

296) Ainda sobre a prisão, aponte a incorreta.

- a) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- b) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- c) não há prisão civil por dívida.
- d) o preso tem o direito de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência de sua família e do advogado.

RESPOSTA: “c”

Comentários: O inciso LXVII prevê que não há prisão por dívida, salvo nos casos de obrigação alimentar (pensão alimentícia) e nos casos de depositário infiel. Portanto, para a alternativa ser correta deveria conter as duas exceções.

297) Sobre os Remédios Constitucionais, aponte a correta.

- a) O Habeas Corpus será concedido sempre que alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) O Habeas Corpus será concedido sempre que alguém se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) O Habeas Corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) Não será concedido Habeas Corpus sem violência efetiva na liberdade de locomoção, seja por ilegalidade, seja por abuso de poder.

RESPOSTA: “c”

Comentários: A alternativa correta encontra amparo no inciso LXVIII, podendo ser preventivo ou repressivo, no caso de lesão efetiva ou ameaça de lesão à liberdade de locomoção.

298) Sobre o Mandado de Segurança, aponte a assertiva correta.

- a) O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- c) O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) O mandado de segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for somente autoridade pública.

RESPOSTA: “c”

Comentários: Tal assertiva está expressa no inciso LXIX, do artigo 5º.

299) Sobre a Ação Popular, aponte a alternativa correta.

- a) somente as pessoas maiores de vinte e um anos são parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio publico ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio publico ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor obrigado ao pagamento de custas judiciais.
- c) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio publico ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio publico, salvo de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

RESPOSTA: “c”

Comentários: a alternativa correta encontra-se prevista no inciso LXXIII.

300) Aponte a alternativa correta

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral, mediante o pagamento de taxas módicas, os que comprovarem insuficiência de recursos.
- b) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, salvo engano plenamente justificável.
- c) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- d) o Estado prestará assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos.

RESPOSTA: “c”

Comentários: resposta prevista no inciso LXXIV